

Identificação e reutilização do patrimônio no processo de reinvenção das cidades: uma reflexão a partir da cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fez Pós-doutorado na Universidade de Coimbra. Atualmente é investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com o desenvolvimento do projeto: “Narrativas urbanas: estratégias, discursos e representações no processo de requalificação na cidade de Almada”, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Pertence ao Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitectura (CCArq) do Centro de Estudos Sociais e é membro da Rede Brasil-Portugal de estudos urbanos. É autora, dentre outras publicações, do livro *O bairro Praia de Iracema entre o adeus e a boemia: usos e abusos num espaço urbano*. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO) / UFC, 2009.

INTRODUÇÃO

O processo de reinvenção das cidades a partir da identificação e da reutilização do patrimônio justifica-se pelas transformações urbanas, decorrentes da acelerada globalização econômica, industrial e tecnológica que o mundo vivencia desde finais do século XX. Marcado por profundas transformações sociais, econômicas e geográficas, esse século deixou como legado para a paisagem urbana um novo conceito de cidade, que se define pela busca de novos usos para espaços “abandonados” ou desvalorizados. A paisagem urbana contemporânea vem sendo configurada por meio da “requalificação” de áreas

portuárias desativadas, espaços desocupados que abrigavam grandes indústrias, áreas deterioradas que margeiam a costa do mar ou de rios e antigos centros históricos degradados. Esses espaços urbanos “abandonados” geralmente estavam socialmente descontextualizados dos usos na cidade, mas estão localizados em áreas com um alto valor simbólico para a história da urbe.

É importante ressaltar que a identificação desses espaços urbanos como “abandonados”, “degradados”, “decadentes”, entre outros adjetivos desabonadores, é utilizada para qualificá-los por gestores e/ou arquitetos que defendem o processo de “requalificação” como um meio de dinamizar economicamente a cidade. Esse fenômeno se dá no âmbito da ideia de intervenções urbanas, especialmente associadas ao turismo e ao lazer.

Nesse contexto, cidades ou espaços urbanos de diferentes países, com histórias, economias e culturas diversas, estão a compartilhar a mesma concepção de reconstrução de determinados espaços, sobretudo por meio da difusão de modelos de “requalificação”, que orientam políticas de intervenção. Na dinâmica de metamorfose da cidade, que está a surgir como uma necessidade da urbe contemporânea ou pós-industrial, são comuns narrativas de gestores e arquitetos que anunciam a identificação e a reutilização do patrimônio como uma exigência dos projetos de “requalificação”. Assim, os requisitos dos planos de intervenção passaram a ser fundamentais na definição dos critérios de patrimonialização.

Porém, uma questão peculiar desse processo é o caráter de dualidade que envolve a definição do patrimônio urbano. Ou seja, há uma dimensão de natureza técnica, que atende aos rigores legais e formais para a transformação de um objeto material ou imaterial em um bem com estatuto patrimonial,¹ e outra baseada em classificações de natureza estética, política, cultural ou comercial (LEITE; PEIXOTO, 2009). É no âmbito estético, ou seja, com base em critérios visuais, que em geral são formuladas, conforme gestores, arquitetos e habitantes de Almada as concepções de “patrimônio” e “patrimonialização”. Assim sendo, independentemente de um reconhecimento oficial, as classificações desses atores sociais, muitas vezes imputam a designação de “patrimônio” ou de “valor patrimonial” para edificações relacionadas com o consumo visual.

No contexto de transformação de espaços urbanos, grande parte dos estudos sobre as cidades tem demonstrado que os projetos de intervenção, ou seja, as práticas de “requalificação”, realçam um vínculo entre patrimônio e embelezamento arquitetônico, tornando espaços da cidade em objetos de consumo e “mercadoria” (ARANTES, 2009; BEZERRA, 2009; VAINER, 2002; LEITE, 2004; FORTUNA, 1999). Essa prática, utilizada como uma

fórmula de reinvenção das cidades, está a desencadear uma disputa quanto aos usos programados para os novos espaços da cidade.

A partir de uma pesquisa etnográfica em diversos *fóruns de participação* na cidade de Almada,² percebi que está a existir uma “urbanidade em disputa” no âmbito da identificação e da reutilização do patrimônio.³ Partindo da observação dos discursos de arquitetos e decisores políticos nos Fóruns de Participação,⁴ o objetivo deste artigo é apresentar uma análise de como a ideia de “qualificação” dos usos na cidade está presente nos projetos de “requalificação”. A minha pesquisa abordou os critérios da concepção de “patrimonializar para qualificar os espaços e a vida das pessoas”, comum a diversas narrativas dos planos de intervenção.

Utilizando a cidade de Almada como um estudo de caso, percebo que o processo de patrimonialização – comum a diversas cidades – conduz a uma reflexão sobre a atribuição de valores para os novos espaços. A ideia de “qualificação” de espaços urbanos presente nos discursos de arquitetos e gestores é reveladora da “urbanidade em disputa” e dá pistas para ampliar o debate sobre políticas urbanas e o processo de reinvenção das cidades contemporâneas.

O PROCESSO DE REINVENÇÃO DE UMA CIDADE PÓS-INDUSTRIAL

Transformar a estrutura urbana e conseqüentemente implementar uma mudança de imagem da cidade, a qual durante muitos anos foi associada a atividades industriais, assim como devolver o rio Tejo aos cidadãos e reabilitar uma zona de antigos estaleiros, desenvolvendo o conceito de cidade voltada para a margem do rio, são os objetivos exigidos pela Câmara Municipal de Almada aos diversos planos de “requalificação” da cidade.

Almada reúne, desde 1997,⁵ vários instrumentos de gestão territorial com o propósito de contribuir para esse processo de reinvenção da cidade (MOREIRA, 2004; RODRIGUES, 2001). Nesse sentido, é possível afirmar que Almada é exemplar na concepção de transformação urbana e na busca de uma “vocaçãõ” que continue a alicerçar o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Segundo narrativas dos gestores e arquitetos, o grande potencial de Almada é a proximidade com Lisboa e o patrimônio arquitetônico construído ao longo da sua história. Registros arqueológicos da cidade indicam que essa área foi ocupada por fenícios, no século VIII a. C.; por romanos, entre os séculos VI a.C. e II d.C., e por muçulmanos, entre os séculos VIII e X d. C.⁶ Na Idade Média, a configuração urbana dessa cidade limitava-se a um

pequeno aglomerado de habitações nas imediações das muralhas do Castelo, rodeada por uma vasta zona agrícola. Dessa forma, a produção agrária contribuiu para a implantação de uma mancha estruturada e complexa de quintas na cidade.

Após o terremoto de 1755, Almada perdeu o traçado medieval e foi sendo reconstruída com a implementação de indústrias transformadoras. Em meados do século XIX, foi fundada a companhia “Parceria dos Vapores Lisbonenses”, que estabeleceu carreiras regulares entre Lisboa e Almada, impulsionando o aparecimento dos primeiros estaleiros navais que, gradualmente, substituíram a construção tradicional de embarcações em madeira.

O desenvolvimento da indústria naval, em Almada, influenciou o aumento dos fluxos imigratórios e conseqüentemente um declínio da atividade agrícola. O crescimento da indústria naval contribuiu também para a criação de uma imagem de “cidade operária”, incorporada à identidade local e ao imaginário da população nacional. Decorrente das atividades industriais, Almada abrigou um dinâmico desenvolvimento urbano, especialmente na década de 1960, com a inauguração da ponte sobre o rio Tejo, em 1966, e a instalação dos estaleiros navais da Lisnave, na Margueira, em 1967.

Segundo dados da Câmara Municipal, Almada passou de vila a cidade em 21 de junho de 1973, graças ao desenvolvimento demográfico e urbanístico, às vias de comunicação, à distribuição domiciliária de água e energia eléctrica, à rede de saneamento, ao forte incremento industrial e comercial, ao notável movimento de associativismo e aos diversos serviços de natureza social, educacional e cultural.

Contudo, com a instauração do regime democrático na sequência do 25 de abril de 1974, Almada assistiu a um excessivo crescimento demográfico, num curto espaço de tempo e sem um planejamento adequado. Vale ressaltar que o estaleiro da Lisnave aumentou o número de trabalhadores de 4.000 para cerca de 9.000, incorporando os recursos humanos das ex-colônias. Assim, após o apogeu econômico, proporcionado pelo crescimento industrial, assiste-se em Almada ao encerramento das indústrias de cortiça, da moagem, e também da construção e reparação naval, decorrente da crise petrolífera e da instabilidade política e econômica dos anos 1970. Em meados dos anos 1980, a cidade vivencia o declínio industrial.

O envelhecimento e o abandono dos núcleos mais antigos de Almada denunciam, na degradação, marcas de um desenvolvimento e apogeu recentes. Atualmente esse espaço urbano apresenta ruínas industriais, ocupações ilegais em antigos armazéns à margem do rio Tejo, por famílias de ciganos, e edificações em risco de desabamento. Esse cenário evidencia a necessidade

de uma reestruturação urbana, por meio da implantação de planos de intervenção. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Almada desenvolve planos de “requalificação” que sejam “projetos motores” de maior presença do rio na cidade e de uma nova dimensão da sua vida e imagem.

Almada chega ao século XXI como uma “cidade pós-industrial”, com edifícios em ruínas, espaços degradados e antigas instalações da indústria naval abandonadas. Porém, os sinais da degradação, assim como em outras cidades que experimentaram projetos de intervenção urbana, tornaram-se passíveis de reconversão para novos usos e indícios da emergência de uma “nova cidade”. A paisagem “decadente” está sendo transposta para os projetos arquitetônicos, “renovada” e representada como a outra margem de Lisboa. Essa representação da cidade é comum nos discursos de gestores e arquitetos nos *fóruns de participação*, como demonstra esta declaração da presidente da Câmara Municipal: “A cidade precisa ser repensada e devolvida à população. Se não fizermos porque é difícil não fazemos nada e não qualificamos a vida das pessoas”; ou a fala do arquiteto responsável pelo projeto de requalificação do Cais do Ginjal⁷: “Não podemos perder a memória do Cais do Ginjal, a espetacularidade que ele ainda conserva. Transformar, recuperar, inventar”.

Nesse contexto, os projetos de intervenção urbana investem na identificação e reutilização do patrimônio como um caminho para restabelecer a economia e construir uma nova imagem para a cidade, associada ao lazer e ao turismo. Em Almada, são comuns nas narrativas dos decisores políticos argumentos justificando a implementação de novos espaços como uma forma de dinamização e reabilitação urbanas. Predominam, também, argumentos segundo os quais a cidade está sendo reconstruída para o futuro e valorizando ícones do passado.

Convém afirmar que concordo com Arantes (2009), no tocante à ideia de que o termo “patrimônio” designa construções ideológicas. Segundo o autor, a concepção de “patrimônio” – envolvendo edificação e significados a ela atribuídos – pode ser modificada ou abandonada “no constante fluxo da vida coletiva, onde preservação e destruição são faces da mesma dinâmica pela qual as estruturas sociais se reproduzem e se transformam” (2009: 11).

A estratégia da Câmara Municipal de Almada, para construir essa nova imagem e reformar algumas áreas que tiveram seus usos modificados e apresentam sinais de degradação ou “abandono”, centra-se na execução de projetos de intervenção que se destacam por meio da reabilitação de edifícios antigos, pedonalização de ruas, reconversão de antigos monumentos e construção de novos edifícios. É comum, no discurso oficial, o apelo

ao desenvolvimento do turismo, do lazer, da cultura e à atração de jovens moradores. A ideia de “qualificação” da vida das pessoas e dos espaços, o aproveitamento das potencialidades da cidade, o respeito pela memória e pelo patrimônio edificado são também apresentados como fundamentais para a reinvenção da cidade.

Pensar a cidade sob o ponto de vista dos projetos de “requalificação urbana” e mecanismos de reinvenção do patrimônio, incluindo o industrial, pressupõe compreender que espaços das cidades podem ser apropriados como um meio de gerar riquezas – por esse motivo os “bons projetos” são designados pela potencial capacidade de atração de visitantes ou novos moradores. Encontrar novas formas de desenvolvimento econômico é, na verdade, o ponto fulcral dessas políticas, e a transformação das cidades em pontos turísticos (“turistificação”) é o caminho escolhido.

É exatamente esse processo de transformação das cidades, comum à cidade de Almada, que tem impulsionado a “urbanidade em disputa”. A associação entre a “qualificação” dos espaços e os projetos que desenvolvam usos lucrativos – fenômeno inerente a grande parte dos projetos de “requalificação” urbana – tem reduzido a complexidade da dinâmica urbana, especialmente ao promover a privatização do patrimônio, identificando-o ou reinventando-o para o turismo. A concepção de “cidade democrática” – tão cara ao projeto de urbanização construído ao longo dos anos – perde-se na cidade fragmentada, higienizada e conseqüentemente segregada.

Outra característica dos planos de “requalificação”, perceptível na cidade de Almada, é a propagação de uma “urbanidade utópica”. Esse fato é decorrente de uma “fetichização da estética da arquitetura” presente na apresentação de projetos, seja nos fóruns de participação, nos *sites* oficiais ou nas propagandas da Câmara Municipal. A expressão “cidade do espetáculo” (BOYER, 1996) é ilustrativa dessa “cidade projetada”, ou seja, a cidade é fortalecida com apelo ao efeito visual.⁸

Nesse sentido, os projetos dos arquitetos são apropriados pelos gestores para apresentar a cidade “ideal”, limpa, bem planejada e com atributos de beleza e harmonia. Porém, enquanto os gestores explanam uma política urbana que “prediz” o futuro através da visualização de imagens que geram cenários alternativos para a realidade atual, habitantes da cidade manifestam nos fóruns de participação opiniões de que a política urbana desenvolvida em Almada está a destruir a cidade, criando obstáculos à mobilidade e implementando requalificações utópicas. Ou seja, os discursos desses habitantes manifestam uma discordância com as narrativas dos gestores e consideram “ilegítima” a idealização de uma cidade requalificada, reabilitada, renovada,

disciplinada e moderna. Na minha interpretação, esse fenômeno acirra a “urbanidade em disputa”, ou seja, existe um desacordo entre habitantes da cidade e gestores.

Dessa forma, percebo que a divulgação dos planos arquitetônicos, além de apresentar aos potenciais usuários os espaços projetados, manifesta uma ideia de cidade e de uma política urbana com características utópicas. Como pode ser percebido nesta definição de usos no espaço “requalificado”, proferida pela Presidente da Câmara Municipal, práticas sociais de um tempo pretérito são ressaltadas como legítimas para os novos espaços: “Com a requalificação da Rua Cândido dos Reis as crianças vão poder saltar a corda e brincar de roda na rua, andar de bicicleta e de triciclo”.⁹

A “QUALIFICAÇÃO” DOS USOS NA CIDADE REINVENTADA

Em meio a muitos projetos apresentados pela Câmara Municipal para diferentes áreas da cidade, a freguesia de Cacilhas – uma das mais antigas, situada nas margens do Tejo, de frente para a cidade de Lisboa – foi eleita como o lugar ideal para a implementação de muitos desses projetos que visam a modificar os usos e conseqüentemente a imagem da urbe.

A partir da leitura das narrativas referentes aos projetos de intervenção em Almada, apresento, a seguir, como tem se dado a relação entre a identificação, a reutilização do patrimônio e a “qualificação” dos usos na cidade. Abordo também outros conceitos e critérios que estão sendo aplicados para o estudo desta questão em outras cidades.

Esta análise foi desenvolvida com base na observação da apresentação dos seguintes projetos: o plano de intervenção *Almada nascente – cidade da água*, que visa a construir uma “nova cidade” às margens do Tejo; o *Plano pormenor de reabilitação urbana e funcional de Cacilhas*, que tem como objetivo “qualificar” a área de Cacilhas, definida nos discursos oficiais como “a porta de entrada da cidade”; o *Projeto de requalificação da rua Cândido dos Reis*, que defende a “qualificação” dessa rua criando condições de desenvolvimento de recreio e de lazer; e o *Plano de pormenor do Cais do Ginjal*, que tem como objetivo preservar a memória do cais e a espetacularidade que ele ainda conserva.

PLANO DE URBANIZAÇÃO ALMADA NASCENTE – CIDADE DA ÁGUA

Na apresentação do *Plano de urbanização Almada Nascente – Cidade da Água*, os gestores de Almada ponderam que a “qualificação” da antiga

área industrial da cidade será realizada através da transformação desse espaço, por meio da integração das seguintes componentes estratégicas: “Um lugar para trabalhar”, “um lugar de relação com a água”, “um lugar para habitar”, “um lugar de cultura” e “um lugar de conhecimento”. Para os gestores, a efetivação dessa estratégia será alcançada por meio da escolha de “marcos urbanos”, da valorização do “ambiente fabril” e da preservação da “maquinaria de grande porte”, remanescente do antigo estaleiro naval da Lisnave. Nesse processo de “requalificação”, os elementos identificados como “patrimônio industrial” passam a ter um sentido exclusivamente estético, na maioria dos casos, e podem ser definidos como estratégias para a construção de ícones da cidade, por meio do enaltecimento de elementos emblemáticos.

A análise dos discursos oficiais revela que esse modelo de intervenção urbana, que associa espaços da cidade a áreas de interesse patrimonial, faz parte de um processo comum a diversas cidades e se destaca por “enobrecer” os espaços reinventados. No caso da cidade de Almada, o ambiente industrial, fortemente presente na memória da urbe, será transformado em um espaço com “boas práticas” de sociabilidade, relacionadas ao lazer, à cultura e ao turismo.

A exposição de projetos de novos espaços acompanhados de uma valorização estética da arquitetura está a ser questionada nos discursos dos habitantes. Na verdade, a idealização de novos espaços vai de encontro à ideia de cidade para os utilizadores da urbe. Como pode ser notado nas exposições de participantes dos *fóruns*, as críticas assentam numa inconformidade com a idealização de futuro dos discursos oficiais. Baseando-se numa descrição dos espaços urbanos “observados”, ou seja, em áreas que se encontram degradadas, sujas ou vazias, esses habitantes da cidade demonstram a existência de um conflito simbólico entre uma narrativa prospectiva e outra etnográfica, ou seja, baseada na observação cotidiana.

Informações sobre o processo de intervenção em antigas zonas industriais de cidades como Lisboa, Barcelona e Bilbao nos ajudam a perceber como a busca de uma nova configuração da cidade, baseada no “embelezamento estratégico”, tornou-se a fórmula de regeneração urbana e econômica para a “invenção” da “cidade pós-industrial” – especialmente de espaços que, segundo diferentes narrativas, estavam em decadência ou degradação.

No caso emblemático de Barcelona, a transformação de espaços industriais em zonas pós-industriais teve como base a indústria cultural para fins de turismo. Mas essa mudança produziu-se principalmente no espaço físico (BALIBREA, 2003). Nessa cidade, foram feitos grandes

investimentos “privilegiando as zonas em que o património arquitectónico podia ser rentabilizado como atração turística” (*idem*, p. 4). A essas obras de reabilitação juntou-se a proliferação de novas intervenções assinadas por arquitetos de renome como Norman Foster, Richard Meier, Santiago Calatrava, entre outros.

Em relação à cidade de Bilbao, o antropólogo basco Zulaika (2001), ao analisar o processo de edificação do Museu Guggenheim, descreve a capital do país Basco como uma “cidade dura”, *the tough city*. Segundo Zulaika, o escultor Richard Serra e o arquiteto Frank Gehry visualizaram Bilbao como o espelho de um terreno baldio do capitalismo industrial de ruínas e devastação ecológica. Esse autor ressalta também que, se não fosse a força visual espetacular das suas ruínas, Bilbao seria uma típica cidade provinciana europeia, exalando um estilo de vida burguês. Ou seja, as ruínas de indústrias, que contribuíram para o desenvolvimento econômico da cidade durante décadas, foram aproveitadas como um potencial para a construção de uma nova imagem.

No caso de Lisboa, Claudino Ferreira (2005) constatou que o “programa urbano” da Expo’98¹⁰ garantia impactos sociais relevantes, como a recuperação de uma “zona degradada” da cidade e a criação de uma nova centralidade dinamizadora do desenvolvimento urbano. Para esse autor, o projeto da Expo’98 incorporou o paradigma de articulação da cidade com o rio, “um modelo marcado por uma concepção privilegiadamente lúdica da utilização das zonas ribeirinhas e pela substituição das antigas funções portuárias por funções comerciais ligadas ao lazer” (2005, p. 450).

Nesses três casos paradigmáticos, podemos constatar como os programas de “requalificação urbana” se apropriaram do património industrial para construir uma nova imagem das cidades. Cultura, turismo e lazer podem ser considerados a base dessa receita de reinvenção de espaços urbanos; porém, outros aspectos importantes para a reinvenção desses espaços são os novos sentidos atribuídos às ruínas industriais. Assim, é possível afirmar que o papel do património industrial nas políticas de “requalificação urbana” consiste na reutilização das ruínas industriais, descontextualizando-as de suas funções pretéritas, mas utilizadas como “marcos” simbólicos dos novos espaços urbanos.¹¹

Sendo os espaços urbanos inseparáveis dos eventos que neles ocorreram, a “reutilização do património industrial” ilustra uma interrupção da temporalidade linear, fragiliza o tempo presente e torna “plástico o seu sentido” (FORTUNA; BARREIRA; BEZERRA; GOMES, 2013). A ideia da cidade “qualificada” presente nas narrativas sobre o *Plano de Urbani-*

zação *Almada Nascente* é vista como o caminho para proporcionar uma nova imagem dessa cidade. Nesse processo, o passado industrial tem sido fundamental na construção da “cidade do futuro”.

PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS

Segundo os decisores políticos de Almada, o *Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas* tem como objetivo a “qualificação e patrimonialização” da área de Cacilhas, definida nos discursos oficiais como a “porta de entrada” ou o lugar de “chegada de turistas que vêm de Lisboa”. Para o arquiteto responsável pelo projeto, “Cacilhas terá que ser o ponto de encontro de Almada unindo turismo, habitação e comércio”.¹²

Os critérios utilizados na identificação e reutilização do patrimônio não são consensuais entre gestores, arquitetos e habitantes, e esse fato pode influenciar a concepção de “qualificação” dos usos nos futuros espaços da cidade. Nesse contexto, a produção do espaço, na cidade reinventada, está a ser negociada em meio a conflitos de interesses. É comum, por parte de habitantes, a acusação de que existem critérios arbitrários na identificação do patrimônio, como, por exemplo, no caso do moinho que será destruído, independentemente dos apelos de alguns antigos moradores, que justificam a permanência desse equipamento devido à atribuição de um valor patrimonial; segundo eles, esse valor está associado à história do lugar, e ressaltam o fato de o moinho existir na localidade há tempos imemoriais, pois não há informações precisas sobre a data da sua construção. Apesar desses apelos, o arquiteto responsável afirmou que só ele teria autoridade para definir o que era patrimônio e, por esse motivo, o equipamento seria destruído e feito outro igual em outro local. Ressalte-se que esse mesmo moinho é classificado no *site* da freguesia de Cacilhas como patrimônio.

Por outro lado, equipamentos que existiram na localidade estão a ser reconstruídos, como foi o caso de um chafariz que, segundo os gestores, foi implementado atendendo a apelos da população – ou seja, foi construído um pastiche, sem valor patrimonial para os arquitetos. Há também o caso de retorno de ícones do passado, como um farol, que já existiu na localidade, foi transferido e agora foi replantado e reinaugurado como um patrimônio da cidade.

Estes exemplos de identificação e reutilização do patrimônio são definidos nos estudos urbanos como uma estratégia de “enobrecimento dos lugares” (RUBINO; FORTUNA; PEIXOTO, 2009) e revelam, segundo

Fortuna (2009), a ambiguidade das estratégias que envolvem o processo: “conservar para ser moderno e modernizar para ser antigo”. Esse processo pressupõe uma sensibilidade muito própria com relação ao tempo presente da cidade, o que se encontra irremediavelmente associado à atual falência da linearidade do tempo passado-presente-futuro, além de assinalar a simultaneidade de tempos e de ritmos urbanos constitutivos da cidade palimpsesto (FORTUNA, 2009).

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS

O projeto de Requalificação da rua Cândido dos Reis foi apresentado como uma estratégia de “qualificação” dessa área da cidade. Nesse sentido, os discursos dos decisores públicos e arquitetos defendiam que a pedonalização¹³ da rua principal desse espaço da cidade seria a melhor forma para o desenvolvimento do turismo, da cultura e do lazer. Segundo a Diretora do projeto Parcerias e desenvolvimento local,¹⁴ a “requalificação” da rua Cândido dos Reis seria pautada por reformas que tornariam mais visíveis edifícios identificados como patrimônio histórico da cidade, como a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e o antigo posto dos bombeiros de Cailhas, transformado no Centro Municipal de Turismo.

Outra característica apresentada no projeto foi a justificativa da pedonalização da rua como uma forma de dinamização daquele espaço. Esse plano incluiu o incentivo fiscal à reabilitação das fachadas dos edifícios e ao desenvolvimento de atividades culturais e gastronômicas. Nesse sentido, os gestores passaram a ser responsáveis por organizar festivais gastronômicos, concursos de: “melhor vitrine” das lojas, “melhor restaurante”, “melhor feira de artesanatos”, além de outras atividades culturais, como forma de atrair mais visitantes. Nesse projeto de “requalificação”, os discursos dos gestores e arquitetos associam a “qualificação” dos usos à intervenção espacial, à reinvenção patrimonial e ao desenvolvimento de atividades relacionadas a arte, cultura e gastronomia.

Como definem Leite e Peixoto (2009), nesse processo de identificação e reinvenção patrimonial, o “patrimônio funciona como alegoria”, dado que o esplendor e a qualidade urbanística dos espaços em que ele se exhibe ou é projetado, as cores garridas das fachadas recuperadas, os equipamentos que são reformados ou construídos, contrastam com o resto da cidade que os envolve e torna-os bens investidos de um valor patrimonial.

Esse processo de “requalificação” ilustra a ideia de que vivemos uma espécie de “museologização da vida urbana”, através da invenção de

tradições: “A museologização da vida urbana é um dos mais recorrentes exemplos do privilégio concedido à ‘invenção’ de tradições locais baseada numa aguerrida política de conservação patrimonialista do passado” (FORTUNA; BARREIRA; BEZERRA; GOMES, 2013, p. 265).

A noção de patrimônio na cidade de Almada, para gestores e arquitetos, está sendo reinterpretada no sentido de uma nova apropriação do lugar e com estratégias diferenciadas no uso desse patrimônio. Como foi definido por Fortuna, Barreira, Bezerra e Gomes (2013), em relação à revalorização patrimonial em Fortaleza e Coimbra, as cidades ora apostam numa estratégia de valorização patrimonial *soft*, mais reformista, com objetivos de maior adaptação entre passado e presente, ora apostam numa valorização *hard*, mais conservadora e mais afinada com o que poderia ser considerado expressivo da história e da memória da cidade.

Utilizando esse argumento, posso afirmar que em Almada os gestores e arquitetos se apropriam de estratégias *soft* e *hard*. Ao “requalificarem” espaços da cidade, pela incorporação de novos equipamentos em zonas classificadas como históricas, as intervenções podem ser definidas como *soft*, na medida em que ajustam o tradicional ao moderno com o objetivo de imprimir alternativas de utilização em zonas “degradadas”, por meio de atividades de lazer e cultura, que de forma flexível são associadas ao cenário urbano. E utilizam também estratégias de natureza *hard*, definidas como uma tentativa de “congelamento” do passado das cidades. São edificações consideradas como ícones emblemáticos que se tornam intocáveis por lhes ser atribuído o sentido de guardião da memória.

PLANO DE PORMENOR DO CAIS DO GINJAL

O *Plano de pormenor do Cais do Ginjal* tem como objetivo o desenvolvimento de “indústrias criativas” na área que abrange a encosta do rio Tejo. Nesse sentido, o projeto prevê a recuperação dos edifícios patrimoniais em ruínas e o aproveitamento dos “vazios”, na encosta do rio, para a instalação de ateliês de arquitetura, publicidade, *design*, zonas de restauração, comércio, pequenos hotéis e habitações para jovens moradores. O conceito de “cidade criativa” (LANDRY, 2000) pode ser ilustrativo desse modelo de intervenção que conduz a uma “higienização” do espaço urbano. Assim como no processo de *gentrification* ou “enobrecimento”, os “criativos” seriam os responsáveis por uma “qualificação” do espaço. Nesse contexto, a implementação de “indústrias criativas” é apresentada como uma estratégia para atrair uma população jovem e assim desenvolver a arte e a cultura na

cidade. Como pode ser visto na fala da Presidente da Câmara Municipal, é necessário intervir no espaço para atrair “pessoas mais qualificadas”: “É preciso reabilitar, qualificar, diversificar, trazer pessoas jovens, ateliês, refuncionalizar alguma área”.¹⁵

Malcolm Miles, ao desenvolver a ideia de “cidade pós-criativa”, enfatiza que a política urbana que consiste em desobstruir as áreas desindustrializadas para promover a urbe, como um centro criativo ou de inovação tecnológica, transforma a cidade num foco de atração para a “classe” criativa; porém, essa ênfase na cidade criativa, segundo ele, é colocada na “cultura consumista”, construindo identidades através de um consumo de elite. Para o autor,

[...] as ante-estreias de museus e outros eventos artísticos proporcionam um espaço para a exibição do estatuto de criativo, mas o aparecimento de uma nova classe de colecionadores entre os profissionais dos setores financeiros e dos meios de informação e comunicação, por exemplo, tem mais influência no futuro da cidade pós-industrial (MILES 2012, p. 4).

Nesse contexto, a legitimação econômica se sobressai em detrimento de maior coesão social.

Em Almada, assim como em diversas cidades que vivenciam processos de “requalificação”, incentivando os usos por parte de “criativos”, a identificação e a reutilização do patrimônio exprimem um otimismo artificial, maquiando áreas em que a degradação espacial abriga usos indesejados para a cidade. Como afirma Sharon Zukin (1995), controlar as várias culturas das cidades aponta para a possibilidade de controlar todo tipo de “mal urbano”. Para Zukin, os criadores de imagens fixam uma identidade coletiva e, ao aceitarmos estas identidades sem questionarmos as suas representações da vida urbana, corremos o risco de sucumbir a uma cultura visual atraente e privatizada.

Esses projetos de intervenção na cidade de Almada podem ser o indicativo de como as políticas de “requalificação” urbana abrigam em si uma atribuição de “usos legítimos” para espaços com valor patrimonial. Nesse sentido, é patente a existência de narrativas que enaltecem ou depreciam os espaços a partir de práticas sociais. Assim, a ideia de patrimônio está tão relacionada ao tipo de uso destinado aos espaços projetados que usos definidos como “não legítimos”, para determinados habitantes, podem “despatrimonializar”, mesmo que de forma efêmera, espaços urbanos. A concepção de “qualificação” dos usos na cidade reinventada, presente nas narrativas dos diversos projetos de intervenção em Almada, é representada por meio

da relação de práticas no âmbito da cultura, do consumo, do turismo e do lazer. Esse fenômeno tem levado a atribuições de “usos legítimos” ou “não legítimos” nos espaços “requalificados” e poderá tornar a segregação espacial um elemento cada vez mais presente no futuro das cidades reinventadas.

Os projetos de requalificação que partilham a concepção de “patrimonializar para qualificar os espaços e a vida das pessoas” – presente na política urbana da cidade de Almada – são responsáveis pelo que estou definindo como “urbanidade em disputa”. O uso de expressões como: propaganda artificial, imagem virtual, destruição da cidade, requalificação parva e mentira, para se referir à política urbana da cidade, alinham-se na ideia de que a “qualificação” dos espaços, a partir de projetos de intervenção, não é consensual; ou seja, as classificações negativas enfatizam um caráter virtual dos planos de intervenção e salientam a concepção segundo a qual a requalificação urbana é geradora de uma disputa.

APRENDENDO COM ALMADA

No livro *Learning from Las Vegas* (VENTURI, 1972), a ideia suprema da geração modernista, *less is more*, célebre frase de Mies van der Roh, é contestada por meio da afirmação irônica: *less is a bore*. Segundo Rubino, por causa dessa provocação de Robert Venturi,

[...] houve quem considerasse esse livro o manifesto de uma arquitetura incluyente – mas não era a inclusão social preconizada por Jane Jacobs poucos anos antes. A inclusão não era de atores sociais e suas subjetividades, e sim da subjetividade do arquiteto e seus ‘gostos’, ainda que muito bem informados (2003, p. 2).

A partir da análise de projetos de intervenção em Almada, percebo que a “lição de Las Vegas”, especialmente a ideia preconizada por Robert Venturi de que “o menos é chato” – pode contribuir com o diálogo sobre políticas urbanas e o processo de reinvenção daquela cidade. As narrativas de arquitetos nos *fóruns de participação* – afirmando que tal processo passa por “enaltecer símbolos emblemáticos”, “patrimonializar”, “enobrecer” ou “qualificar”, construindo ou reformando edifícios e monumentos – revelam que se vive em Almada um tempo em que “o mais é mais”. Ou seja, ali, a reinvenção da cidade passa por um forte apelo ao simbólico com a apresentação de projetos que envolvem uma valorização da estética da arquitetura e a construção de ícones emblemáticos.

Porém, a pesquisa etnográfica nos *fóruns de participação* demonstrou que essa sobreposição da estética é, muitas vezes, contestada pelos habitantes da cidade. A partir da apreciação desse fenômeno, apresento a seguir algumas “lições” que Almada pode nos “ensinar” sobre o processo de requalificação e como essas intervenções estão a gerar tensões em relação aos usos programados para os novos espaços.

Os planos de requalificação em Almada desempenham papel irrelevante na atribuição de valores aos espaços ou edificações passíveis de tornarem-se patrimônios. Tais projetos definem o que deve ser preservado, remodelado ou construído na cidade. Porém, um outro papel importante das narrativas elaboradas pelos arquitetos é a capacidade de seduzir os gestores. Estes, desejosos por um percurso que conduza à configuração de uma cidade ideal, no sentido urbanístico, estético e especialmente com soluções para as lacunas econômicas que surgiram com o fim da cidade industrial, utilizam projetos arquitetônicos e planos urbanísticos como propaganda de políticas urbanas.

Nesse contexto, os projetos arquitetônicos se convertem em elemento central para a legitimação de políticas urbanas que têm como componente principal a criação de novas centralidades e, por essa via, a mudança de imagem da cidade. Esses profissionais são uma espécie de porta-estandarte dos decisores políticos, e o ofício deles é assegurar a construção das narrativas adequadas para justificar o novo conceito de cidade. Como afirma La Cecla (2011, p. 32), “o arquiteto poussa a sua capa sobre a cidade para garantir que a cidade está na moda”.

Nos diversos projetos de requalificação de Almada, importam menos as apropriações vernáculas e mais as intervenções com capacidade para atrair novos utilizadores. Para essa ideia de cidade, a estética é a palavra de ordem. Contudo, o paradoxo principal desse fenômeno são os critérios, ou a falta deles, na identificação de patrimônios, o que gera uma “urbanidade em disputa”, especialmente no âmbito de conflitos existentes nas representações do patrimônio, por parte de gestores, arquitetos e habitantes, na cidade.

Para os gestores, a patrimonialização está relacionada à preservação ou construção com o objetivo de “qualificar” os usos nos espaços urbanos, com base no apelo ao visual. Segundo Malcolm Miles (2012, p. 14), “tal como a arte pública, o espaço público parece estar a ser colonizado pelo enobrecimento urbano”. Dentro desta lógica de intervenção no espaço urbano, os arquitetos defendem que edificações que foram ícones da cidade no passado e já não existem na localidade devem retornar como um elemento de interesse patrimonial e estético, como é o caso do farol que foi reimplantado em Cacilhas.

Nesse sentido, o patrimônio é cada vez mais apresentado como a expressão material de uma ideia pacífica de espaço público; supõe-se, aí, a ideia de passado comum e de tradições compartilhadas (LEITE; PEIXOTO, 2009).

Neil Leach refere que estamos na “era da estetização.” Para esse autor, nessa era, o lado menos agradável da arquitetura, ganha capacidade de criar respostas aparentemente paradoxais, ao ponto de se considerar esteticamente apelativo algo que, à primeira vista, não parecia atrativo. Nesse processo, antigas instalações industriais de aspecto degradado podem tornar-se enobrecidas; velhas fábricas podem ser transformadas em apartamentos; centrais elétricas em museus nacionais; armazéns de zonas portuárias em restaurantes *gourmet*, ou seja, “tudo o que é repugnante e áspero parece prestar-se à estetização” (LEACH, 2005, p. 34).

Nesse conceito de cidade o importante é a construção de símbolos que exaltem a urbe. Todavia, esses profissionais não são convidados pelos gestores para se dedicarem também aos impactos sociais que podem decorrer das intervenções; daí a emergência da “urbanidade em disputa”. Nas palavras de Neil Leach (2005, p. 28), “a tendência para privilegiar a imagem serve para distanciar os arquitetos dos utilizadores dos respectivos edifícios, pois incentiva os primeiros a adotar uma aparência estética desfasada das preocupações dos utilizadores”.

Os “espaços cenários” apresentam-se aos olhos dos decisores políticos como uma solução atrativa para os diversos problemas que a “cidade real” manifesta no quotidiano. Essa concepção de espaço urbano, reproduzida nas narrativas oficiais, é legitimada pela assinatura e genialidade de um arquiteto. Nesse sentido, a identificação e a reutilização do patrimônio articula questões referentes à atribuição de valores e a conflitos que se estabelecem a partir desse processo. Como afirma Arantes, “a produção do património é, no fundamental, uma questão de atribuição de valores e construção de sentidos. Portanto, diferença, diversidade e conflito lhes são absolutamente inescapáveis” (2009, p. 16).

Em Almada, os *fóruns de participação* se constituem lugar de expressão desses conflitos ou da “urbanidade em disputa”. De um lado, estão os gestores e os arquitetos que apresentam a cidade com ênfase nos léxicos “requalificar”, “reabilitar”, “revitalizar”, “construir”, “renovar”, “modernizar”, “disciplinar” e “futuro”; e, do outro, os habitantes que manifestam preocupações com o planejamento urbano e o quotidiano da cidade. Os discursos desses atores sociais são permeados, dentre outras, por críticas quanto a: “mobilidade urbana”, “acessibilidade”, “segurança”, “estacionamentos” e “poluição sonora”; ou seja, existe em Almada uma disputa entre valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reinvenção da cidade de Almada, aqui apresentado, é recorrente em diversos espaços urbanos e é conduzido por diferentes estratégias políticas de intervenção. Porém, seja por meio de investimentos resultantes de grandes eventos – como foi o caso das Olimpíadas de 1994, em Barcelona, e da Expo 98, em Lisboa; da instalação de grandes obras arquitetônicas, como o Museu Guggenheim em Bilbao, inaugurado em 1997 –, da revitalização de centros históricos em diversas cidades do Brasil, nos anos 1990, ou de “reconfiguração” das cidades, tornando áreas “degradadas” alvos de projetos de “requalificação”, como é o caso de Almada, o modelo de intervenção baseado no desenvolvimento de cultura, turismo e lazer se constitui alicerce desse processo de transformação urbana. Como afirma Malcolm Miles (2012, p. 2),

As estratégias urbanas de base cultural estribaram-se, em grande medida, numa seleção de imagens das cidades e não no conjunto de experiências e percepções sensoriais que refletem um urbanismo social e etnicamente diverso. A partir da Europa Ocidental, o modelo da cidade cultural difundiu-se pela Europa de Leste depois da queda do muro de Berlim, em 1989, e está também hoje em dia amplamente presente na Ásia, Austrália e América Latina. Promove-se a cidade cultural como uma cidade vibrante, na qual os novos setores econômicos, nomeadamente os da informação, comunicação e serviços financeiros, substituem a produção fabril, podendo também regenerar o espírito das cidades.

Nos diversos casos de intervenção urbana, esse modelo de “requalificação” tem em comum a conversão de espaços da cidade em áreas de interesse patrimonial, especialmente pela adoção do caráter de “enobrecimento”, típico deste formato, que determina que os espaços públicos devem ser ocupados por “boas práticas” de sociabilidade. Porém, o problema é que, apesar de as diversas estratégias – baseadas em cultura, turismo, lazer, arte, gastronomia, atração de jovens moradores, *town houses* ou estabelecimentos ligados à indústria cultural – serem apresentadas como tendo a capacidade de regenerar os centros degradados e as zonas desindustrializadas, na verdade estão a promover uma redução da complexidade da vida urbana e a privatização do patrimônio. Ou seja, os benefícios públicos são mínimos frente aos interesses econômicos e comerciais, como a valorização de em-

preendimentos imobiliários, e esse fato fortalece os desejos das velhas e novas elites econômicas urbanas. Segundo Malcolm Miles (2012, p. 2), “a cidade cultural é uma cidade de empreendimentos imobiliários, que beneficia com a desregulamentação e a redução da escala e do âmbito da intervenção estatal na cidade”.

O exame das diferentes atribuições de valores e da consequente “disputa” na identificação do patrimônio se constitui numa questão contemporânea relativa às transformações urbanas e ao modo como se apresentam e executam projetos de “requalificação” nas cidades. A discordância entre espaço projetado e “espaço praticado” (CERTEAU, 1994) também compõe o modelo atual de urbanidade. Fortuna (2009) fala em um afastamento gradual e de “não coincidência” entre o território urbanizado da cidade e o modo como se estruturam as práticas, mentalidades e relações sociais que ali se desenrolam. Para este autor, a “não coincidência” é uma demonstração da contínua “re-invenção” do urbano e leva a um “palimpsesto teórico” da cidade.

A partir de pesquisa etnográfica, constato que a ideia de “qualificação” dos usos na cidade, presente nos discursos de gestores e arquitetos, conduz a uma inversão das conquistas que a noção de urbano oferece ao cidadão. Percebo que a configuração da cidade contemporânea, ou pós-industrial, atende aos interesses de uma lógica de valorização imobiliária, dependente, cada vez mais, de iniciativas privadas ou de parcerias público-privadas. Assim, enquanto as cidades vão competindo entre si por investimentos ligados a turismo, cultura e lazer, os espaços urbanos estão numa dinâmica de “re-requalificação”. Nessa lógica de urbanidade, investidores ocupam a cidade, gerando trabalhos temporários para pessoas qualificadas, com “boa aparência” e que falam vários idiomas, em detrimento do “habitante comum”, que é “convidado” a migrar para outras áreas da urbe.

Como notas conclusivas, a partir desta experiência na cidade de Almada, posso afirmar que a percepção de uma “urbanidade em disputa”, existente entre gestores, arquitetos e habitantes, resulta da diferença entre uma “descrição prospetiva ou uma descrição etnográfica” da cidade (BEZERRA, 2013). As narrativas sobre o que deve ser mantido, modificado e construído na cidade são inseparáveis dos diversos interesses dos atores sociais. Percebi também que a existência de muitos protestos, com denúncias de destruição da cidade, e também manifestações individuais de descontentamento, por parte de comerciantes e empresários, com a mudança no panejamento da cidade, demonstram que a dinâmica própria da cidade, que envelhece junto com os habitantes, não é respeitada nesse processo de reinvenção urbana.

No contexto de cidades pós-industriais, é importante refletir também sobre quem são e o que fazem os habitantes desses espaços urbanos. É necessário situar o processo de “requalificação” numa perspectiva analítica mais ampla, pois as narrativas sobre o êxito ou o fracasso da implementação de planos de “requalificação” estão dependendo do papel social de seus autores, e a “qualificação” de usos é consoante ao consumo. Assim, se de um lado, assistimos à apresentação de projetos que oferecem uma cidade com características utópicas, com harmonia nos usos e apropriações, por outro lado, corremos o risco de viver em cidades em constante “disputa”.

NOTAS

1 Em Portugal, compete por lei ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar) propor a classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional. Cabe-lhe, assim, a definição dos critérios a serem utilizados no processo: critérios de carácter geral – histórico-cultural, estético-social e técnico-científico; e de carácter complementar – integridade, autenticidade e exemplaridade do bem. Assim, possível encontrar-se, hoje, maior incidência de classificações de objetos e conjuntos arquitectónicos de tipologias mais variadas, tais como: a arquitetura modernista e do movimento moderno, a arquitetura vernacular, os sítios arqueológicos, as cercas monásticas, os jardins históricos, a arquitetura do espetáculo, a arquitetura industrial etc. O ato de classificação exige uma tramitação rigorosa (recentemente alterada com a publicação do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que entrou em vigor em janeiro de 2010).

2 A pesquisa etnográfica nos *fóruns de participação* em Almada, entre os anos 2010 e 2013, foi desenvolvida no âmbito do meu pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais, na Universidade de Coimbra.

3 A cidade de Almada tem cerca de 101.500 habitantes, pertence ao distrito de Setúbal e está dividida em 11 freguesias. Almada deixou de ser uma cidade industrial nos anos 1990; tem muitos espaços degradados, especialmente nas antigas instalações ligadas à indústria naval e a outras indústrias nas margens do rio Tejo.

4 Os Fóruns de Participação realizam-se para a apresentação de projetos estratégicos e planos de “requalificação”. Em Portugal, os fóruns são uma exigência institucional; neles são convidados a intervir habitantes das cidades e pessoas interessadas nos planos, podendo estas apresentar dúvidas, sugestões, ideias e reclamações. Dos *fóruns* participam também os membros da equipe técnica responsável pelos trabalhos, além de técnicos e gestores da cidade.

5 O Plano Diretor Municipal (PDM) é o principal instrumento de gestão territorial da cidade de Almada; estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e as demais políticas urbanas. O PDM define o regime de uso do solo através da sua classificação e qualificação, regulando o seu aproveitamento em função da utilização dominante que nele pode ser instalada ou desenvolvida, fixando os respectivos usos e, quando admissível, edificabilidade. Constitui-se em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (Unop) e é também um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais e para o estabelecimento de programas de ação territorial.

6 A designação toponímica de Almada advém da palavra árabe Al-madaan, a mina, e está associada à exploração e à lavagem de ouro das margens do Tejo.

7 O Cais do Ginjal é uma área ocupada por antigos armazéns à margem

do rio Tejo. Hoje, encontra-se com muitos prédios em ruína, em risco de desabamento, ocupados ilegalmente. Nessa área encontra-se também dois restaurantes que oferecem aos clientes uma vista panorâmica para o Tejo. Além disso, é uma área muito utilizada por pescadores.

8 Como “cidade do espetáculo”, Boyer (1996), refere-se à cidade projetada que emerge com o desenvolvimento da comunicação eletrônica e digital, com suas paisagens construídas por computador e imagens que podem agora se decompor em pedaços e partes que transformam a imagem da cidade em forma efêmera, diretamente influenciada e imaginada por uma visualidade diferente. Nesse caso, a cidade e sua arquitetura são (re) trabalhadas em composições e recomposições de imagens.

9 Fórum de participação, Requalificação da Rua Cândido dos Reis, realizado no dia 25 de maio de 2010.

10 A EXPO’98 – ou, oficialmente, Exposição Internacional de Lisboa de 1998, uma edição da Exposição Mundial, sediada em Lisboa e cujo tema foi “Os oceanos: um património para o futuro” – realizou-se de 22 de maio a 30 de setembro de 1998. Teve o propósito de comemorar os 500 anos dos “descobrimientos portugueses.

11 Patrimônio industrial foi definido, na Conferência de 2003 do Comité Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* – TICCIH), como os vestígios de cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios podem englobar edifícios, maquinaria, oficinas, fábricas, minas, armazéns e meios de transporte, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria como habitação, religião ou educação.

12 Fórum de participação: Plano de Pormenor de Cacilhas, no dia 21 de janeiro de 2010.

13 Transformação de uma rua em um espaço para pedestres e ciclistas, proibindo o trânsito ou o estacionamento de carros.

14 Fórum de participação: Requalificação da Rua Cândido dos Reis, no dia 25 de maio de 2010.

15 Fórum de participação Plano Pormenor do Cais do Ginjal, realizado no dia 14 de junho de 2011.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, António. Património cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 11-24.
- BALIBREA, Mari Paz. Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 67, p. 31-54, 2003.
- BEZERRA, Roselane Gomes. *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”*: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade/UFC; Expressão Gráfica, 2009.
- BEZERRA, Roselane Gomes. Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada. Porto/Portugal. *Sociologia*, revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXV, p. 79-100, 2013.
- BOYER, Christine. *The City of Collective Memory*. Londres: MIT Press, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- FERREIRA, Claudino. A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.
- FORTUNA, Carlos. Os novos espaços públicos: identidades e práticas culturais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 54, p. 139-148, 1999.
- FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 83-97.
- FORTUNA, Carlos; BARREIRA, Irllys; BEZERRA, Roselane; GOMES, Carina. O passado e as cidades: revalorizações patrimonialistas em Fortaleza e Coimbra. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Diálogos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2013. p. 261-289.
- LA CECLA. *Contra a arquitectura*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- LANDRY, Charles. *The Creative City: A Toolkit for urban innovators*. London: Earthscan, 2000.
- LEACH, Neil. *A anestésica da arquitectura*. Lisboa: Antígona, 2005.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2004.
- LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 21, ano 10, p. 93-104, 2009.

MILES, Malcom. Uma cidade pós-criativa? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 99, p. 9-30, 2012.

MOREIRA, Graça. Da cidade industrial à pós-industrial: contributo para uma análise da transformação urbana em Portugal. **Sociedade e Território**, revista de estudos urbanos e regionais. Lisboa, n. 37/38, p. 27-36, 2004.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 41-52.

RODRIGUES, Jorge de Sousa. O arranque da metropolização na margem sul: factores e modos de urbanização da região de Almada (1935-1947). In: PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V.; VAZ, Maria João (orgs.). *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta, 2011. p. 137-149.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 25-40.

RUBINO, Silvana. Quando o pós-modernismo era uma provocação. **Vitruvius**, resenhas on-line, ano 2, ago. 2003. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/02.020/3207>. Acesso em: 10 nov. 2014.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. p. 75-119.

VENTURE, Richard. *Learning from Las Vegas*. Cambridge: MA, 1972.

ZULAIKA, Joseba. Tough Beauty: Bilbao as Ruin, Architecture, and Allegory. In: RESINA, Joan Ramon. *Iberian Cities*. London: Edited Routledge, 2001. p. 1-17.

ZUKIN, Sharon. *The cultures of cities*. Cambridge: Blackwell, 1995.

Palavras-chave:
**requalificação, qualifi-
 cação, disputa, reinvenção,
 narrativas.**

Resumo

A cidade de Almada, em Portugal, chega ao século XXI como uma cidade pós-industrial, com edifícios em ruínas, espaços degradados e instalações da indústria naval abandonadas. Porém, os sinais da degradação tornaram-se passíveis de reconversão por meio de projetos de “requalificação”. Partindo da observação dos discursos de arquitetos e gestores nos Fóruns de Participação, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise da ideia de “qualificação” dos usos na cidade, no âmbito dos projetos de intervenção urbana. O artigo apresenta como a concepção de “patrimonializar para qualificar os espaços e a vida das pessoas” – comum a diversas narrativas dos planos de intervenção – é reveladora de uma “urbanidade em disputa” e dá pistas para ampliar o debate sobre políticas urbanas e o processo de reinvenção das cidades contemporâneas.

Keywords:
**Rehabilitation, qualifi-
 cation, dispute, reinvention,
 narratives.**

Abstract

The city of Almada, in Portugal, reaches the XXI century as a post-industrial city, with buildings in ruins, degraded spaces and abandoned facilities for the shipbuilding industry. However, signs of degradation became amenable to conversion through “rehabilitation” projects. Starting from the observation of discourses of architects and managers in Participation Forums, the purpose of this article is to present an analysis of the idea of “qualification” of uses in the city, under the projects of urban intervention. The paper shows how the concept of “turning into patrimony in order to qualify spaces and people’s lives,” common to diverse narratives of intervention plans, is indicative of a “disputing urbanity” and gives clues to broaden the debate on urban policies and the process of reinvention of contemporary cities.

Recebido para publicação em dezembro/2014. Aceito em maio/2015.
